



Ano I – Edição 03 – março 2020

O presente material informativo da Auditoria Interna (CCI) tem o intuito de compartilhar conhecimentos e boas práticas em gestão pública com a comunidade da UFBA, tendo como principal fonte o [Ementário de Gestão Pública – EGP](#).

Normativos

IDENTIDADE FUNCIONAL

[DECRETO Nº 10.266, DE 5 DE MARÇO DE 2020](#). Dispõe sobre a identidade funcional expedida pela administração pública federal.

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 922, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020](#). Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, e a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

CONTROLE EXTERNO, PRESTAÇÃO DE CONTAS e PRAZOS

[DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 182, DE 19 DE MARÇO DE 2020](#). Altera os prazos para o encaminhamento das peças integrantes das prestações de contas do exercício de 2019 e [PORTARIA TCU Nº 61, DE 19 DE MARÇO DE 2020](#). Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais no âmbito do Tribunal de Contas da União.

DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS e GOVERNO ELETRÔNICO

[DECRETO Nº 10.278, DE 18 DE MARÇO DE 2020](#). Regulamenta o disposto no [inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019](#), e no [art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012](#), para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais e [RESOLUÇÃO SGD/ME Nº 2, DE 16 DE MARÇO DE 2020](#). Dispõe sobre as orientações e as diretrizes para a categorização de compartilhamento de dados.

SIAFI

[INSTRUÇÃO NORMATIVA STN/ME Nº 3, DE 9 DE JANEIRO DE 2020](#). Apresenta os principais conceitos relacionados à habilitação e utilização do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

CORREIÇÃO

[INSTRUÇÃO NORMATIVA CRG/CGU Nº 8, DE 19 DE MARÇO DE 2020](#). Regulamenta a Investigação Preliminar Sumária no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA

[PORTARIA MEC Nº 556, DE 24 DE MARÇO DE 2020](#). Dispõe sobre os procedimentos a serem observados na revisão e consolidação dos atos normativos do Ministério da Educação para atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

CORREIÇÃO

[INSTRUÇÃO NORMATIVA CRG/CGU Nº 9, DE 24 DE MARÇO DE 2020](#). Regulamenta o uso de recursos



tecnológicos para realização de atos de comunicação em processos correccionais no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

CORONAVÍRUS

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/ME Nº 21, DE 16 DE MARÇO DE 2020.](#) Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 17 DE MARÇO DE 2020.](#) Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de cadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.

[PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020.](#) Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.

[DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2020.](#) Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

[DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 182, DE 19 DE MARÇO DE 2020.](#) Altera os prazos para o encaminhamento das peças integrantes das prestações de contas do exercício de 2019.

[PORTARIA Nº 356, DE 20 DE MARÇO DE 2020.](#) Dispõe sobre a atuação dos alunos dos cursos da área de

saúde no combate à pandemia do COVID-19 (coronavírus).

[DECRETO Nº 10.292, DE 25 DE MARÇO DE 2020.](#) Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 25 DE MARÇO DE 2020.](#) Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, nos termos da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, e dá outras providências.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 25 DE MARÇO DE 2020.](#) Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

[PORTARIA Nº 534, DE 23 DE MARÇO DE 2020.](#) Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) a serem adotadas no âmbito do Ministério da Educação, no que se refere aos prestadores de serviços terceirizados.



Julgados, pareceres e súmulas

SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

[ACÓRDÃO Nº 1156/2020 - TCU - 1ª Câmara.](#)

1.7.1. Dar ciência (...), com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas identificadas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes:

1.7.1.1. designação de um mesmo servidor para desempenho de atribuições em diversas fases e procedimentos de um mesmo processo de licitação e contratação, em descumprimento do princípio da segregação de funções; [...].

[ACÓRDÃO Nº 1278/2020 - TCU - 1ª Câmara.](#)

9.2. dar ciência (...) sobre as seguintes irregularidades identificadas (...):

9.2.1. participação (...) na fase interna da licitação e na condução do Pregão (...), o que evidencia falha na segregação de funções (...), além de afrontar o princípio da moralidade, insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal c/c art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993; [...].

CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

[ACÓRDÃO Nº 1156/2020 - TCU - 1ª Câmara.](#)

1.7.1. Dar ciência (...), com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas identificadas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes: (...)

1.7.1.2. prorrogação indevida de contratos formalizados mediante dispensa de licitação por situação emergencial, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, uma vez que a formalização de novo contrato nos mesmos termos do

primeiro constitui prorrogação, vedada pelo aludido dispositivo;

1.7.1.3. não-especificação das parcelas de obras e serviços que seriam concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, contratados com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993;

1.7.1.4. utilização de mesma nota de empenho para contratos distintos; [...].

PESQUISA DE PREÇOS

[ACÓRDÃO Nº 1665/2020 - TCU - 2ª Câmara.](#)

1.7.1. Dar ciência (...) sobre as seguintes impropriedades:

1.7.1.1. as pesquisas de preços com os fornecedores, realizadas para justificar as sucessivas prorrogações (...), sem a priorização de outros meios, tais como painel de preços e contratações similares de outros entes públicos, afronta o disposto no § 1º do art. 2º da Instrução Normativa 5/2014 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG; [...].

Informativos, atos e publicações científicas

CORONAVÍRUS

[Recomendações COVID-19 - Contratos de prestação de serviços terceirizados.](#)

[Modelos COVID-19 \(Coronavírus - Lei 13.979/20\) - AGU.](#)

[Novas funcionalidades no COMPRASNET para apoiar no combate ao COVID-19.](#)



DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS e LICENÇA

CAPACITAÇÃO

[NOTA TÉCNICA SEI No 7737/2020/ME.](#) -

Esclarecimentos e uniformização acerca da aplicabilidade da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto no 9.991, de 2019 e da Instrução Normativa No 201, de 11 de setembro de 2019 com relação ao cálculo da carga horária semanal para fins de concessão de licença para capacitação nos termos do art. 26 do referido Decreto.

SISTEMA PGC

[Nova versão do PGC.](#)

AUXÍLIO-NATALIDADE e ADOÇÃO

[NOTA TÉCNICA SEI No 4032/2020/ME.](#) - Possibilidade de concessão do benefício de auxílio-natalidade aos servidores públicos adotantes, com base na certidão de nascimento ou termo de guarda judicial, concedida no bojo de processo de adoção, haja vista a impossibilidade de quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (biológica ou por adoção).